

10-3-2-116

Novos rumos da economia

A economia individualista em que vivemos ainda orgulhados como se fosse impossível sair do encantamento, conduz necessariamente à miséria.

Vimos, com efeito, no artigo precedente, que um bem não é considerado riqueza senão quando se pode apropriar. E só pode apropriar-se quando é mais ou menos raro. Vimos também que o interesse de quem possui um bem está em provocar a sua raridade. Quanto menos houver, isto é, quanto mais pobres desse bem forem os outros, tanto maior valor terá para quem o possui. Daí a expressão que adoptamos: quanto mais raro mais rico.

Porque não há nenhuma raridade de ar, o ar não é riqueza! Porque, quando chove ou quando nasce, é para todos, a chuva e o sol também não são riquezas!

O povo bem sabe que assim não é. O povo bem sabe quanta fome pode originar a falta de chuvas. No entanto, os economistas continuam a construir todas as suas leis económicas, partindo de tais princípios! Com semelhante conceito individualista da riqueza, conseguiram, porém, lançar a pobreza e a insuficiência no mundo.

Alguns exemplos vão elucidar esta afirmação.

Em economia individualista, o homem procura, antes de mais nada, o seu interesse. Com maioria, de razão, o produtor. Suponhamos então um qualquer proprietário e gerente de uma determinada fábrica.

A primeira coisa que ele tenta saber é o custo de produção do seu artigo. A segunda, é o preço por que o há-de vender, de forma a obter o maior lucro possível.

Todos nós sabemos que o preço de venda determina a quantidade de unidades vendidas. Se um artigo custa dez, terá, por exemplo, mil compradores; se custar vinte, não terá mais de duzentos ou trezentos compradores. Isto dizem os livros de economia e não se enganam.

Ora o nosso industrial vai raciocinar assim: tendo sido de 2\$00 o custo de produção de cada unidade, já terá bom lucro se as vender a 3\$00. A este preço, venderá por exemplo, 80.000 unidades. Terá de receita bruta (3\$00x80.000)—240 contos. Como lhe custaram, 160 contos, lucra 80. Se fixar, porém, o preço de venda em 4\$00, não venderá mais, por hipótese, do que 64.000 unidades. Obterá de receita bruta 256 contos; mas o seu lucro líquido será de 128 contos. Pondo o preço a 5\$00, ainda venderá menos, suponhamos 48.000 unidades. A sua receita bruta é igual à da primeira hipótese, isto é, receberá os mesmos 240 contos como se vendesse a 3\$00 cada unidade. Mas o seu lucro líquido é que é muito maior: 144 contos. Se vendesse a 6\$00, não encontraria compradores senão para 32.000 unidades, o que lhe daria de receita bruta apenas 192 contos e de lucro líquido não mais do que 128 contos, isto é, lucro igual ao da venda a 4\$00.

Em que preço se fixará ele? É evidente: no que lhe der maior lucro líquido, isto é, nos 5\$00 a unidade. Mas nesta hipótese muita gente ficará sem possibilidades de adquirir o artigo. Não importa! O industrial, se é «hábil e inteligente», produzirá apenas aquela quantidade que lhe vai proporcionar um lucro maior.

O interesse nacional estaria em que todos gozassemos desse bem, e, portanto, que se produzisse em tal quantidade que chegasse para todos e a preço que todos pudessem adquirir-lo, sobretudo se é de grande utili-

dade. Mas, como vimos, tal não é o interesse do industrial. E como convém que ele junte capitais para poder pagar os impostos e... fomentar a economia, não se incomoda no seu proceder.

Dir-me-ão que este raciocínio só tem aplicação em regime de monopólio. Mas hoje, com a intervenção do Estado, que fixa o número de fábricas, a cota de matérias primas, o condicionamento industrial numa palavra, que outro regime temos senão o do monopólio?

Justifica-se então tal procedimento com a afirmação de que o país só consome aquela quantidade do produto. O exemplo atrás aduzido mostra bem o sofisma desta argumentação. Só consome tal quantidade, porque o preço elevado afasta os consumidores.

Diz-se, com efeito, que o consumo nacional de leite, de queijo, de pão, de tecidos de lã, etc., é de tanto. Mas não se cura de saber se esse consumo corresponde às necessidades reais da população. Não se procura adaptar a produção às necessidades vitais do povo, mas sim ao lucro dos produtores individuais.

O interesse individual do produtor está, na economia individualista, em oposição flagrante com os interesses da nação. Ou, por outras palavras, se o preferirmos: o interesse do produtor gera fatalmente a miséria.

Haja em vista o caso da pesca. No Algarve, por exemplo, os armadores, quando a pesca é abundante, retêm no mar uns tantos barcos, para

que não venham baixar o preço no mercado. Só depois de terem vendido quanto desembarcaram, é que dão ordem para que venham os outros barcos. O peixe já não é fresco. Não importa. Muitas vezes o lançam ao mar. Ainda há pouco, não constituiu um verdadeiro escândalo nacional, tratando mesmo na Assembleia por um dos deputados, a queima de enorme quantidade de sardinha em Matosinhos?

Não havia gente com fome? Não era do interesse nacional que houvesse tanto peixe que todos, pobres ou não pobres, o pudessem adquirir? Todas estas contradições são fruto do conceito individualista da riqueza e da produção.

É preciso reagir contra ele, e contra a economia falsa em que tem vivido o mundo. Como? Entrando abertamente no caminho da disciplina económica nacional e internacional, sob o comando do Estado ou de organismos livres adaptados às novas exigências da justiça e do equilíbrio sociais.

O problema a resolver não é o de aguentar os produtores no gozo tranquilo das suas riquezas, mas o de fomentar a produção de maneira a fornecer a todas as famílias a quantidade de produtos necessários à vida. Teoricamente, e, por certo, praticamente são ilimitadas as possibilidades da produção.

Porque motivo há-de haver então miséria? Só para respeitar a posição dos que tudo possuem? Bem vistas as coisas, até esses lucrariam com a abundância geral.

Lê-se no livro de Moisés—o Levítico—que Deus ordenou, ao entregar a Terra da Promissão ao seu povo: «*não quero que haja pobres nem mendigos no meio de vós.*»

Havemos de os ter nós, só porque não tivemos a energia de passar além duma economia errada, balofa e desastrosa, que ainda se arroga foros de científica?

ABEL VARZIM